

n.º 5/97, de 2 de Janeiro, na área científica de Actores, disciplina de Voz, do Departamento de Teatro.

2 — O concurso é válido para o preenchimento da vaga, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Ao presente concurso serão admitidos candidatos com vínculo à Administração Pública decorrente do exercício de funções docentes no ensino superior politécnico e na área objecto do concurso que se encontrem nas condições previstas no n.º 2 do artigo 7.º e no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho — Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

4 — Conteúdo funcional — o descrito no n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

5 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser dirigido ao presidente do Instituto Politécnico de Lisboa e ser entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, até ao último dia do prazo fixado para entrega das candidaturas, para a Escola Superior de Teatro e Cinema, Avenida do Marquês de Pombal, 22-B, 2700-571 Amadora, nele devendo constar os seguintes elementos: nome, filiação, naturalidade, bilhete de identidade, número, data e arquivo que o emitiu, data de nascimento, residência, telefone e graus académicos e respectivas classificações finais, vínculo à Administração Pública e categoria profissional e cargo que actualmente exerce e demais elementos que sejam susceptíveis de interferir na apreciação do mérito dos candidatos.

6 — Os candidatos deverão fazer acompanhar os seus requerimentos, conforme o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, dos seguintes documentos:

a) Documento comprovativo em como se encontram nas condições previstas no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, nomeadamente certificado de habilitações de licenciatura e currículo profissional relevante, bem como do vínculo à Administração Pública;

b) Certidão de nascimento;

c) Fotocópia do bilhete de identidade;

d) Certificado do registo criminal;

e) Fotocópia do cartão de contribuinte;

f) Atestado médico a que se refere o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto;

g) Documento comprovativo de terem satisfeito a Lei do Serviço Militar, se for caso disso;

h) Cópia autenticada dos diplomas ou certidões de atribuição de grau académico;

i) Sete exemplares do *curriculum vitae*, detalhado, datado e assinado;

j) Sete exemplares do estudo a propor pelo candidato nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;

l) Quaisquer documentos que provem as habilitações artístico-científicas do candidato, incluindo um exemplar das suas principais publicações, e demais documentos que facilitem a formação de um juízo sobre as aptidões do candidato para o exercício do lugar a concurso.

6.1 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), d), f) e g) aos candidatos que declarem no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada uma daquelas alíneas.

6.2 — Aos candidatos que venham exercendo funções nesta Escola é dispensada a apresentação dos documentos pedidos, desde que os possuam no seu processo individual.

6.3 — Os exemplares entregues pelo candidato no âmbito da alínea l) do n.º 6 não serão devolvidos, passando a integrar o arquivo da biblioteca da Escola.

7 — O júri reserva-se a possibilidade de solicitar informações complementares aos candidatos, caso considere necessário.

8 — As provas dos concursos são as constantes do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho:

a) Discussão de dois temas estritamente relacionados com a área de ensino para que está aberto o concurso sorteados pelo júri;

b) Discussão de um estudo, proposto pelo candidato, que constitua uma actualização de conhecimentos técnicos ou uma análise crítica sobre tema compreendido na área de ensino para que está aberto o concurso;

c) Apreciação e discussão do *curriculum vitae* do candidato.

8.1 — Aceita-se que, dada a especificidade da área científica objecto deste concurso, o estudo mencionado na alínea b) possa consistir numa reflexão teórica, escrita, com base num trabalho de criação artística de autoria do candidato.

9 — Serão aplicados, cumulativamente, os seguintes critérios valorativos na selecção e ordenação dos candidatos:

a) Mérito científico, artístico e pedagógico do candidato adequado à área científica e disciplina em que é aberto o concurso, sendo condição preferencial a contagem de, pelo menos, três anos de efectivo serviço no ensino superior politécnico e na área objecto do concurso;

b) Mérito profissional e artístico do currículo, preferencialmente obtido na área do concurso;

c) Mestrado, diploma de estudos graduados e licenciatura na mesma área e obtidos em Portugal ou respectiva equivalência.

10 — O não cumprimento do estipulado no presente edital implica a eliminação liminar dos candidatos.

11 — O júri será constituído pelos seguintes elementos:

Presidente — Presidente do conselho directivo da Escola Superior de Teatro e Cinema, por delegação do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa.

Vogais efectivos:

Prof.ª Doutora Maria João Reis e Sousa de Matos, professora-coordenadora da Escola Superior de Teatro e Cinema.

Prof. Carlos Jorge Pessoa Ribeiro, professor-adjunto da Escola Superior de Teatro e Cinema.

Prof.ª Doutora Paula Gomes Ribeiro, professora auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Vogal suplente — Prof. José Pedro Micael Franco Caiado, professor-adjunto da Escola Superior de Teatro e Cinema.

12 — O presidente do júri será substituído na sua falta ou impedimento pelo 1.º vogal efectivo.

13 — Da decisão do júri não cabe recurso, salvo em caso de vício de forma.

14 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

4 de Dezembro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, Paulo Jorge Morais Alexandre.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DE LISBOA

Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa

Despacho (extracto) n.º 25 995/2006

Por despacho de 24 de Novembro de 2006 da vice-presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, de Lisboa, foi celebrado com a licenciada Maria de Lurdes das Neves Silva Ribeiro contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente de 1.º triénio da carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico na Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, de Lisboa, em regime de tempo parcial (40 %), com início em 27 de Novembro de 2006 e termo em 6 de Julho de 2007, ao abrigo do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, e da alínea b) do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Novembro de 2006. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, Elcínia Ascensão Esteves da Silva Marques Gonçalves.

Despacho (extracto) n.º 25 996/2006

Por despacho de 27 de Novembro de 2006 da vice-presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian, de Lisboa:

Foi a Ezequiel António Marques Pessoa, enfermeiro do nível I do quadro de pessoal do Hospital de Santa Marta, E. P. E., autorizada a renovação da comissão de serviço extraordinária na Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa, como equiparado a assistente do 2.º triénio, da carreira de pessoal docente do ensino superior politécnico, por dois anos e em regime de dedicação exclusiva, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 135, da referida carreira, com efeitos a 1 de Janeiro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Foi a Carlos Lopes Alves Henriques Pina David, enfermeiro especialista do quadro de pessoal do Hospital Garcia de Orta, E. P. E., autorizada a renovação da comissão de serviço extraordinária na Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian de Lisboa, como equiparado a assistente do 2.º triénio, da carreira de pessoal docente do ensino superior politécnico, por dois anos e em regime

de dedicação exclusiva, auferindo a remuneração correspondente ao escalão 1, índice 135, da referida carreira, com efeitos a 8 de Janeiro de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Novembro de 2006. — A Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Elcínia Ascensão Esteves da Silva Marques Gonçalves*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

Escola Superior de Educação

Aviso n.º 13 599/2006

Por despacho de 18 de Outubro de 2006 do presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, proferido por delegação, foram autorizados os contratos administrativos de provimento como pessoal especialmente contratado, nos termos dos artigos 8.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, em regime de tempo parcial, dos seguintes docentes:

Carlos Manuel dos Santos Vinagre, equiparado a professor-adjunto, a tempo parcial (30 %), com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006 e término em 31 de Agosto de 2007.

João José Romão São João, equiparado a assistente do 1.º triénio, a tempo parcial (40 %), com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006, pelo prazo de um ano.

18 de Outubro de 2006. — O Administrador, *Joaquim António Belchior Mourato*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras

Contrato (extracto) n.º 1463/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de João Paulo Ferreira de Magalhães como equiparado a assistente, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

Contrato (extracto) n.º 1464/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de Maria João Gil Pimentel Felgueiras Machado como equiparada a assistente, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

Contrato (extracto) n.º 1465/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de Vanda Marlene Monteiro Lima como equiparada a professora-adjunta, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

Contrato (extracto) n.º 1466/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de Ricardo André Fernandes Costa como equiparado a assistente, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

Contrato (extracto) n.º 1467/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de Maria Teresa Morais Taveira de Barros como equiparada a professora-adjunta, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

Contrato (extracto) n.º 1468/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de Nelson Jorge Ribeiro Duarte como equiparado

a professor-adjunto, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

Contrato (extracto) n.º 1469/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de Nuno Miguel dos Santos Branco como equiparado a assistente, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

Contrato (extracto) n.º 1470/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de Rui Cândido Ribeiro Soares como equiparado a professor-adjunto, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

Contrato (extracto) n.º 1471/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de Paulo Eduardo Miranda dos Santos da Costa Laranjeira como equiparado a assistente, a tempo parcial (50 %), com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

Contrato (extracto) n.º 1472/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de Maria João Fernandes Pereira Polidoro como equiparada a assistente, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

Contrato (extracto) n.º 1473/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de Nuno Manuel Pinto Martins Ferreira como equiparado a assistente, a tempo parcial (50 %), com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

Contrato (extracto) n.º 1474/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de Paulo Alexandre Castanheira Teixeira como equiparada a assistente, a tempo parcial (40 %), com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

Contrato (extracto) n.º 1475/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de José Carvalho Mendes como equiparado a assistente, a tempo parcial (55 %), com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

Contrato (extracto) n.º 1476/2006

Por despacho do presidente foi renovado o contrato administrativo de provimento de Ricardo Jorge da Silva Santos como equiparado a assistente, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006 e validade até 30 de Setembro de 2008.

23 de Novembro de 2006. — O Presidente, *Vítor Correia Santos*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Despacho (extracto) n.º 25 997/2006

Por despacho de 22 de Novembro de 2006 da presidente deste Instituto, foi autorizado o contrato administrativo de provimento de Helena Isabel Pereira Cardoso Bento, precedendo concurso, como técnica profissional de 1.ª classe, para a área funcional de contabilidade, para exercer funções na Escola Superior de Gestão de San-